



## Justiça Militar reduz taxa de congestionamento e estoque processual

A Justiça Militar vem reduzindo significativamente sua taxa de congestionamento. De acordo com o relatório Justiça em Números 2014, do Conselho Nacional de Justiça, a taxa caiu de 51%, em 2011, para 37% em 2013. Isso significa que, em 2013, a cada 100 processos que tramitaram, 63 foram solucionados, contra 49 em 2011.

Em 2013, tramitaram na Justiça Militar 10,8 mil processos, sendo 52% de casos novos e 48% de casos que já estavam pendentes desde o ano anterior. Durante 2013, foram baixados 6,9 mil processos relacionados a questões militares e houve queda no número de casos novos. Com isso, caiu a carga de trabalho, que era de 365 processos por magistrado em 2011 e passou para 295 em 2013.

No período, os juízes da Justiça Militar conseguiram solucionar quantidade de processos maior que o número de casos que ingressaram nesse ramo judicial. Isso fez que o ramo atingisse 122% de Índice de Atendimento à Demanda (IAD), que traz a relação entre os processos baixados e os casos novos, ou seja, os tribunais militares conseguiram reduzir o estoque processual.

### Despesas

Apenas três estados brasileiros possuem Tribunais de Justiça Militar: Minas Gerais, Rio Grande do Sul e São Paulo. Em termos de despesas, o TJM-SP é o maior deles, com gasto no ano de 2013 de R\$ 48,5 milhões, seguido pelo TJM-MG, com R\$ 35 milhões e o TJM-RS, com R\$ 27,2 milhões.

A despesa total da Justiça Militar estadual — R\$ 110,7 milhões — apresentou redução de 2,8% em relação ao valor de 2012. O principal fator dessa redução é a queda de cerca de R\$ 8,3 milhões no orçamento do TJM-MG. A Justiça Militar estadual conta com 39 magistrados, 439 servidores e 125 trabalhadores auxiliares.

Os gastos da Justiça Militar equivalem a 0,005% do produto Interno Bruto (PIB) nacional. Esse ramo do Judiciário arrecadou, durante o ano de 2013, aproximadamente R\$ 2,4 milhões, o que representou retorno financeiro de 2,1% aos cofres públicos. A arrecadação da Justiça Militar inclui as custas judiciais e os emolumentos. *Com informações da Assessoria de Imprensa do CNJ.*

### Date Created

03/10/2014